

---

## AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DO TRÂNSITO: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

Geovanna Caroline Vaz Romeiro Faustino <sup>1</sup>  
Fausto Rocha Fernandes<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Avaliação Psicológica é uma das principais funções do profissional psicólogo, pois possibilita a compreensão do funcionamento psíquico e comportamental do indivíduo. Esta especialidade abrange várias áreas de atuação, dentre elas a organização, neuropsicologia, hospitalar e o trânsito. O presente estudo se aterá ao contexto do trânsito, com o objetivo deste de analisar a história da Psicologia do Trânsito, investigando quais são os aspectos históricos que marcam a evolução do tema, bem como averiguar de que forma a Avaliação Psicológica pode contribuir no contexto da mobilidade urbana. A metodologia deste artigo constituiu-se em uma pesquisa bibliográfica fazendo um levantamento das publicações referentes à temática a partir de revisão de literatura de produções científicas. Diante do exposto, verificou-se as contribuições da Avaliação Psicológica do Trânsito para a sociedade e os desafios para a sua prática.

**Palavras chave:** Psicologia. Avaliação Psicológica. Psicologia do Trânsito. Testes.

### 1. INTRODUÇÃO

A Avaliação Psicológica é um processo técnico e científico (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013) estruturado, de investigação de fenômenos psicológicos. Esse processo utiliza de métodos, técnicas e instrumentos reconhecidos cientificamente para responder a uma demanda de forma explicativa. Além de ser uma prática exclusiva do psicólogo (Decreto nº 53.464/64), é utilizada para uma finalidade específica, ou seja, é proibido ao profissional executar o processo por vontade própria.

A Avaliação Psicológica é uma das principais funções do profissional psicólogo, pois possibilita a compreensão do funcionamento psíquico e comportamental do indivíduo (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2014). Esta especialidade abrange várias áreas de atuação, dentre elas a organização, neuropsicologia, hospitalar e trânsito. Nesta pesquisa o enfoque estará no trânsito.

---

<sup>1</sup> Graduanda no Curso de Bacharelado de Psicologia, UNIFUCAMP - Centro Universitário de Mário Palmério. E-mail: geovanna Faustino@unifucamp.edu.br

<sup>2</sup> Prof. Docente na Instituição UNIFUCAMP - Centro Universitário de Mário Palmério. E-mail: faustorochoaferrandes@bol.com.br

Segundo Silva (2012), a prática de Avaliação Psicológica Pericial no trânsito ainda é tema pouco discutido no âmbito acadêmico, seja por falta de interesse dos psicólogos pela área, ou por ser uma ramificação recente da psicologia. O presente trabalho se aterá às fontes de pesquisa que versam sobre a história de evolução da Avaliação Psicológica de forma geral, partindo para a Psicologia do Trânsito e suas particularidades.

Diante do exposto, decide-se desenvolver este artigo com o objetivo geral de analisar a Avaliação Psicológica do Trânsito, a partir de revisão de literatura de produções científicas, investigando suas contribuições e desafios para a psicologia enquanto ciência. Quanto aos objetivos específicos, busca-se analisar a história da Psicologia do Trânsito, investigar quais são os aspectos históricos que marcam a evolução do tema, bem como averiguar de que forma a Avaliação Psicológica pode contribuir no contexto da mobilidade urbana.

A questão que norteia esse estudo é: quais as contribuições e desafios da Avaliação Psicológica do Trânsito. A hipótese principal é que o processo de avaliação executado pelas clínicas é de extrema importância para a modalidade urbana, porém, apresenta desafios no que tange a visão e compreensão limitada da sociedade.

Como justificativa pessoal, a relevância dessa pesquisa repousa em sua possibilidade de contribuir para o entendimento da prática do psicólogo na Avaliação Psicológica do Trânsito. Quanto a justificativa social a população pode vir a compreender a importância da Avaliação na aquisição e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). E para a justificativa científica esse estudo agrega conhecimentos aos profissionais que estão inseridos neste contexto visto a escassez de estudos sobre esse tema, possibilitando pesquisas com um aprofundamento na Psicologia do Trânsito.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Avaliação Psicológica**

Na história da humanidade, avaliar é uma atividade existente (LINS, BORSA, 2017). Todas as áreas do conhecimento humano utilizam alguma forma para medir, para tanto se criam instrumentos para mensurar determinada unidade de medida. A Avaliação Psicológica é a área da Psicologia que faz tal mensuração, possibilitando a compreensão do funcionamento psíquico e comportamental do indivíduo.

De acordo com a Resolução nº 007 do Conselho Federal de Psicologia (2003)

Avaliação Psicológica é um processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupos de pessoas que, de acordo com cada área de conhecimento, requer metodologias específicas. Ela é dinâmica e constitui-se em fonte de informações de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos, com a finalidade de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de atuação do psicólogo, dentre eles, saúde, educação, trabalho e outros setores em que ela se fizer necessária. Trata-se de um estudo que requer um planejamento prévio e cuidadoso, de acordo com a demanda e os fins para os quais a avaliação se destina.

A Cartilha de Avaliação Psicológica aponta os passos mínimos para fazer uma avaliação psicológica. Dentre eles, pode-se citar: (1) fazer um levantamento dos objetivos da avaliação e particularidades do grupo ou indivíduo a ser avaliado, facilitando assim na escolha dos instrumentos mais adequados para a avaliação; (2) coletar informações pelos meios escolhidos (entrevista, testes, etc); (3) integrar informações e desenvolver hipóteses iniciais; (4) indicar respostas à demanda da avaliação e comunicar cuidadosamente os resultados (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Desse modo, ressalta-se que o processo de Avaliação Psicológica emprega técnicas validadas com pesquisas fundamentadas teoricamente, configurando o caráter científico da prática. Segundo Primi (2010) a avaliação “representa uma área central da ciência psicológica porque permite a objetivação e operacionalização de teorias psicológicas”.

Além de sua cientificidade, este processo possui caráter dinâmico, isto é, os instrumentos e técnicas são selecionados a depender da demanda, portanto, pode ser feito de maneiras distintas de acordo com o contexto. A escolha das ferramentas utilizadas parte da combinação dos objetivos e contextos, podendo-se pensar melhor quais estudos são necessários para justificar o uso de determinados instrumentos e estratégias (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003).

Alguns fatores como objetivo específico, referencial teórico e finalidade da avaliação devem ser considerados na escolha instrumental, e o avaliador pode utilizar testes psicométricos, projetivos, dinâmicas de grupo, dentre outros materiais disponíveis (LINS; BORSA, 2017). Para tanto, é necessário que o profissional tenha um vasto conhecimento em relação ao processo e busque uma formação mais sólida em avaliação psicológica, baseando-se em preceitos científicos, práticos e éticos da profissão (BARROSO; SCORSOLINI-COMIN; NASCIMENTO, 2015).

Conforme o Conselho Federal de Psicologia (2013), a Avaliação Psicológica é um procedimento que necessita ser planejado pelo profissional, portanto, é imprescindível a existência de um planejamento que obtenha todos os passos necessários para sua execução, abarcando desde a descrição da demanda à apresentação dos resultados. Este planejamento deve responder onde se fará a avaliação, a quem ela destina, o que e como será avaliado bem como qual material será utilizado.

Assim, reforça-se:

A avaliação psicológica é geralmente entendida como uma área aplicada, técnica, de produção de instrumentos para o psicólogo, visão certamente simplista da área. A avaliação psicológica não é simplesmente uma área técnica produtora de ferramentas profissionais, mas sim a área da psicologia responsável pela operacionalização das teorias psicológicas em eventos observáveis. Com isso, ela fomenta a observação sistemática de eventos psicológicos, abrindo os caminhos para a integração teoria e prática. Ela permite que as teorias possam ser testadas, eventualmente aprimoradas, contribuindo para a evolução do conhecimento na psicologia. Portanto, a avaliação na psicologia é uma área fundamental de integração entre a ciência e a profissão. Disso decorre que o avanço da avaliação psicológica não é um avanço simplesmente da instrumentação, mas sobretudo das teorias explicativas do funcionamento psicológico. (PRIMI, 2003, p. 68)

A Avaliação Psicológica abraça múltiplas áreas de pesquisa e atuação, se inserindo nos diferentes contextos que envolvem o cotidiano dos indivíduos, sendo eles o trabalho, a saúde, a educação, o esporte e a avaliação neuropsicológica (LINS, BORSA, 2017). Seja no âmbito individual, grupal ou institucional, essa especialidade da psicologia se dá a partir de demandas específicas, analisando os condicionantes sociais, históricos e familiares.

Segundo a Resolução nº 007 do Conselho Federal de Psicologia (2003),

os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica.

Como uma área do conhecimento em ciências humanas, a Avaliação Psicológica gira em torno de tudo o que envolve o indivíduo, aspectos socioeconômicos, históricos e culturais, pois consiste em um momento de escuta ativa, que relaciona saúde mental e subjetividade. Assim sendo, o profissional precisa olhar para além dos resultados dos testes, considerando os fatores socioculturais, o contexto do avaliando, reconhecendo dessa forma variáveis externas a ele (LOPES, 1998).

Dessa forma, a avaliação psicológica responde a demandas específicas de diferentes contextos, como os processos de avaliação psicológica no âmbito jurídico (guarda de filhos, perícias e outros), concurso público, recrutamento e seleção, registro e porte de armas, para fins de psicodiagnóstico, realização de procedimentos médicos (cirurgia bariátrica ou mudança de sexo) e também para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2016). Estes diferentes campos permitem conhecer o indivíduo em suas áreas de interesse, observando os processos psicológicos, avaliando e orientando.

## **2.2 História da Avaliação Psicológica**

Os primórdios da ideia de avaliação empírica na psicologia se deram com Wilhelm Wundt - médico, filósofo e psicólogo alemão – que criou o primeiro laboratório experimental na Alemanha, no século XVIII (WECHSLER; HUTZ; PRIMI, 2019). Wundt foi o primeiro a mostrar que a introspecção poderia ser usada para estudar os estados mentais e utilizou métodos científicos para examinar as estruturas de sensação e percepção, sendo conhecido assim como o pai da psicologia científica.

Em um contexto mundial, a Avaliação Psicológica foi se tornando um braço exclusivo da psicologia a partir do estruturalismo de Wundt. No entanto, seus predecessores tiveram fundamental importância para que o processo técnico científico fosse estabelecido, sendo eles: Francis Galton, organizador do primeiro laboratório com medidas antropométricas para avaliar as funções mentais na International Health Exhibiton in Londres (WECHSLER; HUTZ; PRIMI, 2019), e James MacKeen Cattell, que em 1890, anunciou a sua bateria de testes, inspirada em Wundt e Galton (FLANAGAN; MCDONOUGH, 2018).

Na contemporaneidade, as raízes da Avaliação Psicológica podem ser encontradas em 1905 por meio de um teste criado por Binet e Simon, cujo objetivo foi de avaliar as crianças das escolas de Paris para inseri-las em classes apropriadas às suas habilidades (LINS; BORSA, 2017). Este instrumento possibilitou traçar um perfil cognitivo das crianças que possuíam alguma dificuldade de aprendizagem, marcando o início da medida da inteligência, o que foi conhecido futuramente, como avaliação psicológica da inteligência.

Posteriormente, na Primeira Guerra Mundial, em 1917, os Estados Unidos da América do Norte empreenderam esforços para a avaliação de recrutas. Era necessário avaliar rapidamente um grande número de homens para saber suas condições intelectuais e emocionais (COHEN; SWERDLIK; STURMAN, 2014). No cenário da Segunda Grande Guerra Mundial, os militares também utilizavam dos testes para a seleção de recrutas, avaliando principalmente a inteligência. Os instrumentos para avaliação de outros constructos como personalidade, desempenho no trabalho e funcionamento mental começaram a ser desenvolvidos a partir do término da guerra (COHEN; SWERDLIK; STURMAN, 2014).

Em um contexto brasileiro, o ano de 1962 foi um marco dentro da ciência psicológica, pois foi o ano em que o presidente João Goulart promulgou, em 27 de agosto, a Lei nº 4.119, que dispôs sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamentou a profissão (SILVA, 2012). A partir deste documento, ficou legitimada as práticas psicológicas existentes até aquele momento, considerando suas importantes aplicações às demandas nos variados setores da vida social, como educação, saúde, trabalho e transporte (ANTUNES, 2014).

Segundo Pasquali (2016), no início do século XX, foram encontrados dois centros de psicologia aplicada (conhecidos como laboratórios) em São Paulo, estes se concentravam principalmente, às pesquisas sobre aprendizagem, utilizando testes de desenvolvimento mental e de aprendizagem para leitura e escrita. Por conseguinte, os chamados “exames psicotécnicos” foram propostos pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional, com o intuito de avaliar motoristas no Rio de Janeiro (ANTUNES, 2002).

A partir destes acontecimentos históricos, a avaliação psicológica foi se estabelecendo e desenvolvendo até se firmar como uma prática importante da ciência psicológica. Ainda assim, a regulamentação da Avaliação Psicológica enquanto especialização foi se dar apenas em dezembro de 2018 pelo Sistema de Conselhos de Psicologia durante a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças em Brasília (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

“Durante este percurso até a atualidade, a área viveu fases que variaram de críticas negativas e negação do uso dos testes até a sua ascensão baseada em desenvolvimento técnico, científico e profissional” (INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, 2019).

### 2.3 Avaliação e Testagem Psicológica

Além de ser uma das áreas mais antigas da psicologia, a Avaliação Psicológica é uma das responsáveis pelo cunho científico da profissão (BUENO; PEIXOTO, 2018) pelo fato de trazer dados mensuráveis e experimentais em sua prática. Entretanto, ainda surgem dúvidas a respeito da relação entre “testagem psicológica” e “avaliação psicológica”, dois conceitos distintos, mas que oferecem um ao outro uma certa complementação.

É surpreendente que a diferenciação entre os termos “avaliação psicológica” e “testagem psicológica” ainda seja tão confuso, mesmo apesar de alguns manuais publicados (COHEN; SWERDLIK; STURMAN, 2014). Percebe-se que esta distinção soa complexa pelos próprios acadêmicos e profissionais da área. De acordo com Lins e Borsa (2017) “a confusão se dá na medida em que o psicólogo, a partir da aplicação de um único teste ou alguns testes, objetiva fazer inferências ou prever comportamentos de forma descontextualizada”.

Em 2013, o Conselho Federal de Psicologia, em parceria com os conselhos regionais, lançou a “Cartilha de Avaliação Psicológica”, a qual esclarece algumas dúvidas na área da avaliação psicológica. Na referida cartilha, é diferenciado os termos “avaliação psicológica” e “testagem psicológica”, sendo o primeiro “um processo amplo que envolve a integração de informações provenientes de diversas fontes, dentre elas, testes, entrevistas, observações e análise de documentos” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). De outro modo, a testagem psicológica é entendida como um processo cuja principal fonte de informação são os testes psicológicos de diferentes tipos.

É necessário esclarecer, portanto, que a avaliação psicológica não se resume a aplicação e correção dos testes psicológicos. O processo de avaliação se dá utilizando-se outros recursos e fontes de informação, dentre elas entrevistas, escalas, observações e análise de documentos. Além disso, os resultados dessa avaliação devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais do indivíduo e seus efeitos no psiquismo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003).

A Avaliação Psicológica é um âmbito de destaque na Psicologia como ciência e profissão, visto que abarca um conjunto de conhecimentos, práticas, técnicas e instrumentos (BARROSO; SCORSOLINI-COMIN; NASCIMENTO, 2015). Os testes, entretanto, são um

dos instrumentos abarcados pela avaliação. De acordo com Urbina (2007), os testes psicológicos são procedimentos sistemáticos que possibilitam a obtenção de amostras comportamentais relevantes para o funcionamento da cognição.

O Conselho Federal de Psicologia (2013) define a testagem psicológica como uma etapa específica do processo de avaliação psicológica, cuja principal fonte de informação diz respeito às informações obtidas pela aplicação dos testes psicológicos de diferentes tipos. Assim, salienta-se que a testagem é apenas um recurso a ser utilizado no processo de avaliação, pois possibilita atingir informações para embasar o posicionamento do profissional perante o avaliando (BARROSO; SCORSOLINI-COMIN; NASCIMENTO, 2015).

Por se tratar de um processo científico, a Avaliação Psicológica precisa utilizar de instrumentos cientificamente comprovados e autorizados pelo Conselho Federal de Psicologia, por isso, o Conselho criou em 2003 o Sistema Informatizado de Avaliação de Instrumentos Submetidos à apreciação da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (SATEPSI). Criado pela Resolução nº 002 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003), o SATEPSI passou a ter função qualificadora de métodos e técnicas utilizados no processo de avaliação psicológica.

Conforme esta resolução, o psicólogo deve utilizar testes psicológicos que estejam dentre os considerados favoráveis pelo Conselho, os quais podem ser encontrados na lista do Sistema Informatizado de Avaliação de Instrumentos Submetidos à apreciação da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica. Assim, “para que a prática profissional ocorra em consonância com as exigências normativas atuais é necessário que o psicólogo mantenha uma atitude de constante atualização” (BARROSO; SCORSOLINI-COMIN; NASCIMENTO, 2015) visto que testes favoráveis podem se tornar não favoráveis.

Pode-se observar que a Avaliação Psicológica foi vinculada a uma de suas aplicações práticas – neste caso os testes - desde o seu surgimento, podendo ser este um dos principais motivos da confusão ainda presente entre os próprios profissionais da psicologia na distinção entre tais termos (LINS; BORSA, 2017). No que tange à testagem, ela é apenas um dos instrumentos utilizados na Avaliação Psicológica. Os testes são agregados ao processo de avaliação psicológica para se obter informações sobre o psiquismo do indivíduo (ANACHE, 2011 apud LINS; BORSA, 2017).

Um dos motivos da confusão entre os termos mencionados é a vinculação da avaliação psicológica a uma de suas práticas. Como assinalam Nunes et al. (2012), as disciplinas de avaliação psicológica são presentes nos currículos curriculares de qualquer curso de Psicologia, porém o ensino se resume nas técnicas do processo de avaliação isoladas de outros contextos.

Entende-se, entretanto, que não há aplicação de testes sem haver um processo de Avaliação Psicológica, pois é inviabilizado ao psicólogo inferir, interpretar ou diagnosticar de forma descontextualizada, apenas com base nos resultados da testagem (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). A Avaliação Psicológica vê o indivíduo como um todo, considerando as influências sociais, culturais, educacionais e históricas, assim, dizer que ela consiste em aplicação e correção de testes seria uma definição completamente reducionista.

## **2.4 Princípios Básicos de Psicometria**

Desde os primórdios da psicologia uma grande vertente norteava o conhecimento sobre o ser humano: a introspecção. A introspecção está intimamente ligada a autoconsciência, pois consiste em “olhar para dentro” e falar sobre si, observando-se e analisando-se. Lauro (2014, p.35, apud TETENS, 1913) afirma que embora

a introspecção forneça um conhecimento seguro, ela mostra-se insuficiente, na medida em que se limita a fatos particulares, sendo indispensável para a ‘robustez’ do método analítico de observação uma correta generalização das proposições.

Com o surgimento do primeiro laboratório experimental, criado por Wilhelm Wundt em 1879, dedicado à pesquisa da natureza psicológica, a psicologia rompeu como disciplina formal, distinta da filosofia (URBINA, 2007). O conhecimento experimental e empirista refinou a teoria psicológica, por meio de um olhar científico traduzindo-se na observação externa de um pesquisador sobre os fenômenos psicológicos.

A psicologia ganhou um salto em termos de qualidade e operacionalidade, com o surgimento do laboratório experimental, sendo que depois disso começou-se a desenvolver e criar novas tecnologias e procedimentos reprodutíveis para investigar os conhecimentos da área (LINS; BORSA, 2017). Desde então a psicologia começou a se estruturar enquanto área científica e mensurável.

Segundo Karl Popper (1959), um pré-requisito para a ciência é que modelos e hipóteses sejam enunciados de maneira testável; ou seja, as explicações teóricas dos fenômenos devem

ser contrastadas com a realidade. Assim, a psicologia também exige um ramo estatístico para criar instrumentos que medem os fenômenos psicológicos, sendo eles, a atenção, memória, personalidade, dentre outros.

Psicometria é a área da psicologia que mede ou quantifica os fenômenos psicológicos, fazendo uma interface com a estatística. De acordo com Pasquali (2009), um dos maiores pesquisadores e cientistas das ciências psicológicas do Brasil, a psicometria é uma ciência que tem como intuito construir e aplicar instrumentos para mensurar os construtos e variáveis de ordem psicológica.

“O conceito de mensuração está no centro da testagem psicológica como atividade científica voltada para o estudo do comportamento humano” (URBINA, 2007, p.43), portanto, os testes são instrumentos padronizados que envolvem observação e pontuação de respostas eliciadas (LINS; BORSA, 2017). Ademais, para a análise e interpretação dos dados e informações captadas, o estudo estatístico possibilita atingir os esclarecimentos necessários para a apresentação dos resultados.

Conforme Lins e Borsa (2017, p.137):

É a psicometria que possibilita a refutação das hipóteses e a investigação de postulados sobre a natureza dos construtos psicológicos, tais como a sua estrutura e organização, seu papel na explicação de comportamentos e atitudes, sua relação com outras variáveis”.

Sendo assim, a psicometria trabalha com algumas exigências acerca dos testes, a fim de que eles possam ser considerados adequados para o uso (HUTZ, 2015). Nesse sentido, a psicometria clássica postula sobre conceitos substanciais para nortear a testagem psicológica, sendo eles os fundamentos de fidedignidade e de validade.

Os fundamentos de fidedignidade no contexto de testes e medidas, baseiam-se na consistência e precisão dos resultados do processo de mensuração (URBINA, 2007), isto é, trata-se da retidão do instrumento. Um teste necessita ser confiável de forma que os dados obtidos pelas mesmas pessoas quando examinadas pelo mesmo teste, mesmo com examinadores e condições diferentes, sejam consistentes.

Urbina (2007, p.155) ainda aponta que “a validade é a questão mais fundamental relativa aos escores de testes e seus usos”, sendo que ela depende das evidências passíveis de serem reunidas para ratificar quaisquer inferências feitas com base nos resultados dos testes. Sendo

assim, sintetiza-se que a validade versa sobre a legitimidade do teste, no que se refere a atender o objetivo proposto pela demanda específica.

A Cartilha de Avaliação Psicológica publicada em 2013 determina as competências que um psicólogo precisa ter para a realização de uma avaliação psicológica apropriada e de qualidade. Dentre estas competências específicas, ressalta-se “ter conhecimentos de Psicometria, mais especificamente sobre as questões de validade, precisão e normas dos testes, e ser capaz de escolher e trabalhar de acordo com os propósitos e contextos de cada teste” (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Dessa forma, é imprescindível que o profissional de psicologia que trabalha com avaliação tenha bagagem científica e conhecimento de estatística para realizar a aplicação de testes e interpretá-los de maneira adequada. Conforme afirma Lins e Borsa (2017, p. 157), “sem a psicometria, a avaliação psicológica, em particular, e a psicologia no geral, podem acabar ficando restrita ao reino da especulação”.

## **2.5 Psicologia do Trânsito**

O Conselho Federal de Psicologia (2000, p.10), define que a Psicologia do Trânsito é uma “área da psicologia que investiga os comportamentos humanos no trânsito, os fatores e processos externos e internos, conscientes e inconscientes que os provocam e o alteram”. Tendo em vista que “um organismo se comporta de determinada maneira devido à sua estrutura atual” (SKINNER, 2006, p.19), a investigação dos processos psicológicos no que tange a mobilidade urbana é indispensável.

O objeto de estudo da Psicologia do Trânsito engloba todos os comportamentos que se relacionam de alguma forma com o homem, o meio e o veículo, bem como todos os fatores que exercem alguma influência sobre ele. De acordo com Skinner (2006) qualquer informação disponível acerca de qualquer uma das contribuições auxilia a previsão e o controle do comportamento humano e sua interpretação na vida diária. Assim, a Psicologia investiga essas contribuições, a fim de traçar um perfil psicológico para o usuário direto.

A Psicologia do Trânsito estuda todas as questões relacionadas ao tráfego e mobilidade urbana, no que se refere à figura humana, abarcando a construção de sinalização, prevenção de acidentes e educação para o trânsito. Desde o surgimento da psicologia do trânsito, “o foco tem

sido a segurança e a prevenção de acidentes” (LINS; BORSA, 2017, p. 381), assim, neste tópico a ênfase será dada a Avaliação Psicológica Pericial executada no Trânsito.

A Avaliação Psicológica Pericial do trânsito tem por objetivo aprofundar o conhecimento de aspectos comportamentais, perceptivos, cognitivos e de tempo de reação dos condutores, visando, dessa forma, à diminuição dos índices de acidentes de trânsito (ROZESTRATEN, 2003; RUEDA, LAMOUNIER, 2005). Para tanto, é exigido ao profissional conhecimento técnico-científico, capacitação adequada, além de responsabilidade social por seu caráter pericial e legal.

Segundo Silva (2012), um dos marcos para a psicologia do trânsito no Brasil foi a promulgação do primeiro Código Nacional de Trânsito (Decreto-lei nº 2994/1941) que estabeleceu o exame médico e o exame psicológico a fim de estabelecer o perfil psicofisiológico profissional. Neste documento, também foi determinado as verificações periódicas das condições mínimas de capacidade física e psíquica dos motoristas profissionais, trazendo a ideia de prevenção de acidentes como contribuição prática profissional.

Contudo, oito meses depois, o código referido foi alterado com o Decreto-lei nº 3.651, criando o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), órgão máximo normativo e consultivo. O art. 108 deste decreto dispõe que “em caso de acidente grave na via pública e apurada a culpa do condutor, será o mesmo submetido a novo exame da visão, e, ainda, ao exame psicofisiológico se decorridos mais de dois anos a contar do último a que foi submetido.” (BRASIL, 1941). De acordo com Silva (2012), esta medida fez com que o exame psicológico no trânsito perdesse seu caráter preventivo.

Na mesma década, foi promulgado outro decreto-lei, nº 9.545, que informava que deveria ser organizado um conjunto de testes para a realização do exame psíquico (SILVA, 2012). Este documento causou grande impacto na profissão de psicólogo, pois possibilitou a busca por conhecimento do que seria um comportamento desejado do perfil psicofisiológico do condutor de veículo.

Em 1953, o Conselho Nacional de Trânsito tornou a Avaliação Psicológica obrigatória a todos os candidatos à Carteira Nacional de Habilitação (LINS; BORSA, 2017). Segundo Vieira, Pereira e Carvalho (1953), os processos psicológicos mensurados nessa avaliação eram especificamente a personalidade e a atenção.

Dentre variadas áreas de atuação do psicólogo, a psicologia do trânsito já se configurava como uma área relevante, desde 1962, com a regulamentação da profissão, contribuindo intensamente para o fortalecimento da psicologia no Brasil (RUEDA, 2011). O ano referido marcou a história da Psicologia do Trânsito, pois a mesma passou a se configurar uma das primeiras áreas de atuação do psicólogo desde o início da Psicologia no Brasil (SILVA, 2012).

Silva (2012) afirma que no contexto acadêmico, os estudos do professor e pesquisador Reinier Rozestraten na década de 70 levaram ao desenvolvimento da Psicologia do Trânsito enquanto subárea da psicologia. O autor também destaca que Rozestraten (1988) foi o pioneiro em se dar conta da dimensão comportamental no trânsito, elaborando pesquisas que lançaram as bases para a Psicologia do Trânsito.

No que se refere especificamente à Avaliação Psicológica, as Resoluções nº 267/2008 e 007/2009 instituíram que, para a realização do processo de avaliação deveriam ser utilizados entrevistas individuais, testes psicológicos, dinâmicas de grupo, escuta e intervenções verbais. (LINS; BORSA, 2017). A partir de então, o manual para a Avaliação Pericial no trânsito foi sendo estruturado, sofrendo posteriormente algumas alterações.

A Resolução nº 007/2009 do Conselho Federal de Psicologia representou grande avanço na prática profissional da classe. No referido documento, foram aprovados normas e procedimentos para a avaliação psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores, dispendo principalmente sobre as habilidades mínimas necessárias para o candidato e condutores de veículos automotores, instrumentos de avaliação psicológica, condições da aplicação dos testes psicológicos, mensuração e avaliação.

Além disso, ressaltando as habilidades mínimas, a resolução (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009) determinou que, independente da atividade do candidato, a avaliação da tomada de informação deveria ser avaliada por meio dos testes da bateria de atenção (difusa, concentrada, dividida, alternada). Também foi determinado que o processamento de informação e tomada de decisão seriam avaliados de acordo com a inteligência, memória, orientação espacial, juízo crítico.

Na Cartilha de Avaliação Psicológica mencionada anteriormente no texto foi especificado o trabalho do psicólogo no trânsito:

No contexto do trânsito, geralmente, o objetivo da avaliação é a previsão de comportamentos inadequados a partir de variáveis psicológicas levantadas pelos testes. Assim, estudos de validade de critério mostrando que as variáveis medidas no teste preveem comportamentos importantes nessa situação (tais como comportamentos de risco, envolvimento culposos em acidentes, etc.) são os requisitos básicos que justificam o seu uso nesse contexto, já que irão sustentar a decisão sobre a habilitação. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013)

O comportamento definido neste trecho, é outro aspecto a ser analisado, pois equivale a um conjunto de reações diante de interações suscitadas pelo meio (LINS; BORSA, 2017). A Resolução nº 007/2009 determinou ainda que a verificação do comportamento no contexto do trânsito, deveria partir por meio da entrevista e situações hipotéticas, aferindo comportamentos adequados às situações no trânsito, como tempo de reação, a coordenação viso e audiomotora e a autoavaliação de quando as ações no trânsito correspondem ou não a comportamentos adequados tanto individual quanto grupal (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Segundo Silva (2012), a Psicologia do Trânsito teve sua participação consolidada no processo de habilitação no século XXI, superando os movimentos que eram contrários à obrigatoriedade da Avaliação Psicológica no contexto. Atualmente, a Avaliação Psicológica é exigida pela legislação brasileira do trânsito (Resolução nº 007 de 2003 e a 007 de 2009 do Conselho Federal) e a Psicologia do Trânsito vem se envolvendo nas políticas públicas, ampliando suas intervenções para além do motorista.

### **3. METODOLOGIA**

Este trabalho constituiu-se de uma pesquisa bibliográfica, no qual realizou-se uma consulta em livros e artigos científicos selecionados que vão ao encontro da temática. Segundo Barros e Lehfeld (2007), a pesquisa bibliográfica é realizada com a intenção de solucionar uma problemática ou de atingir novos conhecimentos a partir do conteúdo adquirido na pesquisa. O estudo consiste em uma pesquisa exploratória desenvolvida em nível bibliográfico, sobre a Avaliação Psicológica, buscando responder quais as suas contribuições e desafios no sistema de trânsito.

A pesquisa bibliográfica foi escolhida como método por permitir que o pesquisador realize uma busca geral dos principais trabalhos já publicados sobre o tema, desde que ofereçam

dados relevantes e atuais, para assim, evitar erros e auxiliar na planificação do trabalho (LAKATOS; MARCONI, 2007). O método científico consiste na aplicação apropriada da reflexão e da experimentação (FERRARI, 1982), dessa forma, o fim precípua deste estudo é utilizar dos dois recursos para atingir seus objetivos gerais e específicos.

Para a confecção deste artigo foi realizado um recorte temporal de 2000 a 2022, nas bases de dados Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Sistema de Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e livros de acervo pessoal, sendo agrupados e expostos a partir de sua aproximação temática.

A análise dos artigos foi feita de forma criteriosa enfocando naqueles que mais se adequaram à finalidade da pesquisa, sendo agrupados e apresentados a partir de sua aproximação temática. Para o tratamento dos dados, procedeu-se à análise do conteúdo das produções selecionadas, interligando a teoria com a discussão sobre a prática do psicólogo, para explanar melhor sobre as implicações do processo de Avaliação Psicológica no Trânsito.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A presente pesquisa de cunho exploratório visou investigar a Avaliação Psicológica no âmbito do Trânsito, bem como suas contribuições e desafios na comunidade científica. Desse modo, foram utilizados pesquisadores da área para nortear os aparatos teóricos, como Susana Urbina, Luiz Pasquali, e demais pensadores e estudiosos da Avaliação Psicológica e da Psicologia do Trânsito.

Diante do estudo realizado, entende-se que a Avaliação Psicológica é a área científica da psicologia, tendo em vista suas possibilidades de pesquisa e mensuração de resultados (LINS, BORSA, 2017). Destarte, até chegar a essa condição a Avaliação Psicológica percorreu um trajeto árduo, andando lado a lado com o próprio reconhecimento da Psicologia enquanto profissão.

Apesar das grandes dificuldades para o devido reconhecimento profissional e social ao longo da história, a Avaliação Psicológica teve uma grande evolução nas últimas décadas.

Conforme pontua Lins e Borsa (2017) a área da Avaliação Psicológica “tem se firmado e mostrado sua importância na prática do psicólogo em seu compromisso com a sociedade”.

A Psicologia do Trânsito surgiu com a necessidade de prevenção de acidentes no trânsito, tendo como objeto de estudo o comportamento humano. Conforme citado anteriormente, o marco para a atuação aconteceu com a promulgação do primeiro Código Nacional do Trânsito (Decreto Lei nº 2994 de 1941), que estabeleceu a avaliação psicológica no ato de renovação ou aquisição da Carteira Nacional de Habilitação. Por conseguinte, a década de 50 alavancou a psicologia do trânsito e estabeleceu as bases para a regulamentação da profissão de psicólogo, com a expansão da seleção da avaliação psicológica e dos instrumentos (SILVA, 2012).

No Brasil a profissão do psicólogo foi regulamentada em 1962 e, concomitantemente, iniciou-se o movimento de criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1962). Silva (2012) afirma que desde o início do reconhecimento da Psicologia no país, a psicologia do trânsito configurou-se como uma das primeiras áreas de atuação.

Apesar da grande contribuição da psicologia do trânsito para a profissão como um todo, atualmente, os estudos na área estão em carência. Em 1983, Rozestraten (1983, p.14) já havia afirmado que “embora as maiores contribuições na psicologia do trânsito sejam do psicólogo que realiza avaliação dos candidatos à CNH, é a partir daí que se pode afirmar que nos últimos 40 anos pouco mudou na atuação do psicólogo do trânsito”.

Ao longo da história, a Psicologia do Trânsito sofreu críticas concernentes ao custo elevado da avaliação psicológica e indagações referentes à real necessidade da implementação deste processo na aquisição e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Silva (2012) acrescenta que a necessidade de sistematização das características necessárias para um condutor ainda é um desafio dentro da psicologia, tanto para aquele que utiliza veículo automotor para atividade remunerada quanto para atividade não remunerada.

Conforme exposto anteriormente, as resoluções nº 267/2008 e nº 007/2009 do Conselho Federal de Psicologia instituíram que deveriam ser utilizadas entrevistas individuais, testes psicológicos, dinâmicas em grupo, escuta e intervenções verbais, durante a realização da Avaliação Psicológica (LINS; BORSA, 2017). Este processo, todavia, pode apresentar

divergências no que tange à sua aplicação no contexto do trânsito nos variados estados e regiões brasileiras.

Nesse sentido, a Avaliação Psicológica do Trânsito enfrenta desafios em sua uniformidade no que diz respeito a maneira em que o processo se desdobra nas clínicas, enfatizando os critérios para a escolha dos testes à serem aplicados. Apesar das resoluções que versam sobre a seleção de testes favoráveis conforme consulta no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), ainda são incompreendidos os parâmetros de seleção pelos próprios psicólogos.

Sabe-se que atenção, memória, personalidade e inteligência são construtos psicológicos que devem ser considerados no processo de Avaliação Psicológica feita no Trânsito, entretanto, existem uma diversidade de testes favoráveis no sistema que faz mensuração de cada um desses fenômenos (LINS, BORSA, 2017). Assim, ressalta-se a importância de investigar quais instrumentos são empregados pelos psicólogos nas diversas regiões do país bem como os critérios de escolha por parte dos profissionais.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013) as avaliações embasadas em métodos científicos chegam a respostas mais confiáveis e válidas. Assim, os critérios de escolha dos meios de testagem a serem utilizados na Psicologia do Trânsito como também na Avaliação Psicológica em contexto geral, devem ser explorados a fim de detectar se os meios manuseados correspondem ao prescrito pelo regimento do profissional.

A Resolução nº 007 do Conselho Federal de Psicologia (2009) estabelece que:

A avaliação psicológica no trânsito, assim como em qualquer outro contexto de atuação do psicólogo, deve ter suas conclusões pautadas em um processo de investigação com base científica reconhecida. O uso de testes psicológicos nesse processo requer que os mesmos tenham evidências de validade para tal propósito, assim como os demais métodos usados nessa avaliação.

Ressalta-se, portanto, a importância de uma educação continuada para capacitar cientificamente estes profissionais, não enfocando apenas na quantidade de testes para estudar, mas sim na qualidade, tendo em vista que a ciência psicométrica é a base da criação dos instrumentos psicológicos (LINS, BORSA, 2017). Conforme exposto anteriormente, a aplicação de testes exige conhecimento do manual específico do instrumento e do estudo estatístico, portanto, é imprescindível ao profissional aplicador possuir bom domínio de psicometria. Este tópico se configura em um grande desafio para a especialidade e para a

comunidade de psicólogos, pois ainda é comum encontrar profissionais sem o conhecimento adequado a respeito do teste que utiliza, bem como o estudo por trás de seu manual (URBINA, 2007).

Urbina (2007) ainda aponta que a testagem inclui o uso de números, porém para muitos acadêmicos de psicologia o uso de estatística e dados quantitativos representam um desafio que parece ser insuperável. Neste caso, não se exclui a necessidade de voltar aos estudos matemáticos básicos bem como a interpretação de gráficos e tabelas, visto que são primordiais para a compreensão dos princípios básicos da testagem psicológica.

O estudo da psicometria desempenha um papel importante na cientificidade da avaliação psicológica. Lins e Borsa (2017, p. 155) afirmam que “a avaliação psicológica sem a psicometria perde a instrumentalização que lhe proporciona a cientificidade de seus postulados e hipóteses sobre a natureza dos construtos psicológicos”. Dessa forma, é necessário que haja uma ponte entre o aparato teórico e o empirismo tanto durante a capacitação quanto na atuação profissional propriamente dita.

Em um contexto do Trânsito, a Avaliação Psicológica pode ser erroneamente reduzida na avaliação feita em um candidato à renovação ou aquisição da Carteira Nacional de Habilitação (LINS, BORSA, 2017). No entanto, esta visão reducionista subjuga o papel do psicólogo no trânsito, menosprezando sua importância nos demais âmbitos que envolvem a mobilidade urbana.

A Avaliação Psicológica identifica habilidades e determina se o condutor é capaz de realizar e compreender devidamente sua responsabilidade no trânsito (LINS, BORSA, 2017). Assim, o psicólogo trabalha para conferir mobilidade urbana para a sociedade, garantindo melhorias na segurança trânsito, diminuindo riscos de acidentes.

Com isso, faz-se necessário a ampliação de estudos sobre a importância da psicologia do trânsito, contemplando todo o seu campo de atuação, abarcando Avaliação Psicológica, perícia em casos de acidentes, educação no trânsito e assessoria em melhorias na sinalização (SILVA, 2012). Destaca-se, portanto, que os cuidados paliativos para o trânsito não devem substituir as intervenções preventivas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ênfase do presente trabalho esteve sobre a Avaliação Psicológica do Trânsito, processo técnico e científico que avalia o condutor de veículo automotor. Compreende-se que a Psicologia colabora para a mobilidade urbana com intervenções preventivas no que tange a educação para o trânsito e a Avaliação Psicológica. A ênfase do presente trabalho esteve sobre a Avaliação Psicológica do Trânsito, processo técnico e científico que avalia o condutor de veículo automotor.

A necessidade humana de compreender a si mesmo se faz presente desde a antiguidade, à vista disso, a consolidação de uma ciência que estuda o comportamento representou uma grande conquista social. Conforme exposto neste estudo, é parte importante da natureza humana medir seus conhecimentos portanto, a Avaliação Psicológica surgiu para fazer tal mensuração dos fenômenos psicológicos.

No trânsito, sabe-se que a Avaliação Psicológica é uma área de mensuração, que analisa processos cognitivos e habilidades mínimas necessárias para que um indivíduo se torne um condutor. Entretanto, ao longo dessa história, a especialidade enfrentou desafios pertinentes no que diz respeito ao seu reconhecimento.

Diante do que foi pesquisado, pode-se concluir que a Avaliação Psicológica foi uma especialidade primordial para o entendimento da psicologia enquanto ciência. Nesse sentido, contribuições da avaliação no âmbito do trânsito são observadas no que diz respeito a evolução do cenário de mobilidade urbana ao longo da história.

Por outro lado, a Avaliação Psicológica do Trânsito enfrentou desafios para a sua implementação dentro da psicologia, tanto no que tange ao custo do processo quanto ao entendimento social da sua real importância para o bom funcionamento do trânsito. Estes desafios, contudo, não ficaram no passado. Ainda se depara com críticas a respeito do alto custo do processo de avaliação pela sociedade, e concernentes à sua prática por parte da comunidade de psicólogos.

Assim, o presente estudo contribuiu para o entendimento de que a Avaliação Psicológica do Trânsito desempenhou um importante papel na história da Psicologia enquanto ciência e profissão. O processo de Avaliação ainda exerce função primordial para toda a sociedade, educando para o trânsito e prevenindo acidentes.

Não obstante, a área ainda enfrenta impasses em sua prática, fato que torna imprescindível uma maior gama de pesquisas que versem sobre o tema. Conclui-se, portanto, que a Avaliação Psicológica do Trânsito apresenta possibilidades de maior desempenho com a qualificação profissional adequada, educação continuada e ampliação em seu campo de atuação.

**ABSTRACT:** Psychological Assessment is one of the main functions of the professional psychologist, as it enables the understanding of the psychic and behavioral functioning of the individual. This specialty covers several areas, among them the organizational, neuropsychological, hospital, and traffic. The present study will focus on the traffic context, gathering knowledge about the history of the evolution of Psychological Assessment in general, moving on to Traffic Psychology and its particularities. The objective of this study is to analyze the history of Traffic Psychology, investigating which are the historical aspects that mark the evolution of the theme, as well as to investigate how Psychological Assessment can contribute to the context of urban mobility. The methodology of this article consisted of a bibliographic research making a survey of the publications referring to the theme from a literature review of scientific productions. In view of what has been exposed above, the contributions of the Psychological Evaluation of Traffic to society and the challenges to its practice were verified.

**Keywords:** Psychology. Psychological Assessment. Traffic Psychology. Tests.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Measurement in Education. **Standards for Educational and Psychological Testing**. Washington DC: American Psychological Association, 1999. Recuperado em

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=392632&pid=S1677-0471201900020000300005&lng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=392632&pid=S1677-0471201900020000300005&lng=pt)> Acesso em 10 de agosto de 2022.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica de sua constituição**. São Paulo: EDUC/UNIMARCO. 5ª Edição, 2014.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BARROSO, Sabrina Martins; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; NASCIMENTO, Elizabeth do. **Avaliação Psicológica: da teoria às aplicações**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.651, de 25 de setembro de 1941. **Dá nova redação ao Código Nacional de Trânsito**. < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del3651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3651.htm)> Recuperado em 04 de novembro de 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.651. **Dá nova redação ao Código Nacional de Trânsito**. – de 25 de setembro de 1941 <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del3651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3651.htm)> Recuperado em 10 de agosto de 2022.

BUENO, José Maurício Haas; PEIXOTO, Evandro Moraes. **Avaliação Psicológica no Brasil e no Mundo**. Psicologia: Ciência e Profissão. < <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208878>> Recuperado em 12 de Outubro de 2022.

COHEN, Ronald Jay; SWERDLIK, Mark E.; STURMAN, Edward D. **Testagem e avaliação psicológicas: introdução a testes e medidas**. Tradução: Maria Cristina G. Monteiro. Porto Alegre, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **APAF reconhece avaliação psicológica como Especialidade em Psicologia**. 2018. Recuperado de < <https://site.cfp.org.br/apaf-reconhece-avaliacao-psicologica-como-especialidade-em-psicologia/> > Acesso em 23 de abril de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha Avaliação Psicológica**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.** Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Recuperado de < [https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/15/2016/12/Lei-4119\\_1962.pdf](https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/15/2016/12/Lei-4119_1962.pdf) > Acesso em 10 de novembro de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 002/2003. **Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP nº 025/2001.** < <http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2003/03/> > Acesso em 02 de maio de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 007/2003. **Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP Nº 17/2002.** < [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003\\_7.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf) > Acesso em 02 de maio de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 007/2009. **Revoga a Resolução CFP nº 012/2000, publicada no DOU do dia 22 de dezembro de 2000, Seção I, e institui normas e procedimentos para a avaliação psicológica no contexto do Trânsito.** < [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/08/resolucao2009\\_07.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/08/resolucao2009_07.pdf) > Acesso em 04 de maio de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 012/2000. **Institui o Manual para Avaliação Psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores.** < [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2000/12/resolucao2000\\_12.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2000/12/resolucao2000_12.pdf) > Acesso em 03 de maio de 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Avaliação Psicológica: Dimensões, campos de atuação e pesquisa.** Caderno de Avaliação Psicológica, Curitiba, 2016.

CONSELHO NACIONAL DO TRÂNSITO. Resolução CONTRAN N.º 267/2008. **Dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro.** < <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/cons267.pdf> > Acesso em 20 de maio de 2022.

DECRETO Nº 53.464, DE 21 DE JANEIRO DE 1964. **Regulamenta a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a profissão de psicólogo.** <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/d53464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d53464.htm)> Acesso em 5 de junho de 2022.

DECRETO Nº 2.994, DE 28 DE JANEIRO DE 1941. **Código Nacional de Trânsito.** Diário Oficial da União. Seção 1, página 1725 (Publicação Original). Recuperado em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2994-28-janeiro-1941->

412976-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=C%C3%B3digo%20Nacional%20de%20Tr%C3%A2nsito.&text=GERAIS%20DE%20TR%C3%82NSITO-,Art.,se%2D%C3%A1%20por%20este%20C%C3%B3digo.> Acesso em 16 de Outubro de 2022.

DECRETO-LEI Nº 9.545, DE 5 DE AGOSTO DE 1946. **Dispõe sobre a habilitação e exercício da atividade de condutor de veículos automotores.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/8/1946, Página 11395 (Publicação Original). Recuperado em <[FLANAGAN, Dawn P. & MCDONOUGH, Erin M. \(Eds.\). \*\*Contemporary Intellectual Assessment: Theory, tests and issues.\*\* New York: The Guilford Press. 2018.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9545-5-agosto-1946-417705-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Os%20condutores%20de%20ve%C3%ADculos%20a,Tr%C3%A2nsito%20(Decreto%2Dlei%20n.> Aceso em 16 de Outubro de 2022.</p></div><div data-bbox=)

HUTZ, Claudio Simon; BANDEIRA, Denise Ruschel; TRENTINI, Clarissa Marcelli (org). **Psicometria. Coleção Avaliação Psicológica.** Porto Alegre, 2015, p. 24. Editora Artmed.

INTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. **O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: avanços históricos e desafios.** 2019. <<https://www.ibapnet.org.br/espaco-do-conhecimento/highlights-cientificos/213/o-desenvolvimento-da-avaliacao-psicologica-no-brasil-avancos-historicos-e-desafios> > Acesso em 30 de abril de 2022.

POPPER, Karl. **The Logic of Scientific Discovery.** London and New York, 1959.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

LAMOUNIER, Rossana; RUEDA, Fábian Javier Marín. **Avaliação psicológica com o PMK no contexto do trânsito.** Psicologia: Pesquisa & Trânsito, 2005.

LINS, Manuela Ramos Caldas; BORSA, Juliane Callegaro (orgs). **Avaliação Psicológica: aspectos teóricos e práticos. Coleção Avaliação Psicológica.** Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2017.

LOPES, Wilma Maria Guimarães. **Técnicas de exame psicológico: novas perspectivas.** Psique, 8 (12). 1998, p. 48-52.

NUNES, M. F. O., MUNIZ, M., REPPOLD, C. T., FAIAD, C., BUENO, J. M. H, NORONHA, A. P. P. **Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica.** Avaliação Psicológica. 2012, p. 309-316.

PASQUALI, Luiz. **Os testes psicológicos no Brasil**. In L. Pasquali (Ed.) TEP-Técnicas de Exame Psicológico: Os fundamentos (2ª. Edição), (pp.201-220). São Paulo: Vetor Editora, 2016.

PASQUALI, Luiz. **Psicometria**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 43(1). 2009, p. 992-999.

POPPER, Karl. The logic of scientific discovery. Longon: Routledge. 1959  
<resolucao2003\_02\_Anexo.pdf > Acesso em 24 de abril de 2022.

PRIMI, Ricardo. **Avaliação Psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26. 2010, p. 25-35.

ROZESTRATEN, Reinier Johannes Antonius. **Curso de pós-graduação em psicobiologia**. Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Anpepp. Rio de Janeiro, ANPEPP, 1988.

ROZESTRATEN, Reinier Johannes Antonius (org). **Ambiente, trânsito e psicologia. Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

RUEDA, Fabián Javier Marín. **Psicologia do trânsito ou avaliação psicológica no trânsito: faz-se distinção no Brasil?** In: Conselho Federal de Psicologia (org). Ano de Avaliação Psicológica: textos gerados (p. 103-113). Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

SILVA, Fábio Henrique Vieira de Cristo e. **A Psicologia do Trânsito e os 50 anos de profissão no Brasil**. Psicologia: Ciência e Profissão. 2012, p. 176-193.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS (SATEPSI). **Conselho Federal de Psicologia**. Casa do Psicólogo, São Paulo, 1998. Disponível em: <<https://satepsi.cfp.org.br/>>.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o behaviorismo**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 10ª Edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

TETENS, Johann Nicolas. **Philosophische Versuche über die menschliche Natur und ihre Entwicklung**. Vol 1. Berlin: Reuther & Reichard. 1913. Trabalho original publicado em 1777.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982. Capítulo 10, p. 40.

URBINA, Susana. **Fundamentos da testagem psicológica**. Porto Alegre, 2007, p. 11-12. Editora Artmed.

VIEIRA, Marcus Vinicius Machado; PEREIRA, Alfredo de Oliveira; CARVALHO, Armando Vaz. **O exame psicotécnico de motoristas no Distrito Federal. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**. 1953, p. 41-50.

WECHSLER, Solange Muglia; HUTZ, Claudio Simon; PRIMI, Ricardo. **O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: Avanços históricos e desafios.** Revista de Avaliação Psicológica. 2019, vol.18, n.2, p. 121-128.  
<<http://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1802.15466.02>.> Acesso em 23 de abril de 2022.